

Resumo: O discurso telejornalístico é explorado neste estudo como um ritual de linguagem, e, por assim ser, sujeito a falhas, na perspectiva da Análise de Discurso francesa pecheutiana. O contato com o pensamento do historiador cultural Carlos Ginzburg levou a considerar, inicialmente, os detalhes como marcas significativas para a compreensão do funcionamento discursivo do telejornal. Tal peculiaridade apontou para a função-apresentador e apresentador-âncora como parte constituinte das condições de produção dos sentidos da notícia na abertura e finalização (do) ritual. Isso possibilitou esboçar o questionamento sobre se há espaços para a autoria desses lugares enunciativos e de que forma é possível ou se encontra apagada/interditada a autoria, discursivamente, na configuração da novidade no acontecimento ritual, que se dá na circulação, na relação com o tele-espectador. O percurso de análise reuniu rituais de abertura e finalização de três telejornais brasileiros de comunicação de massa, sendo o trajeto teórico-analítico corporificado na relação Althusser-Pêcheux-Foucault.

Palavras-chave: Autoria; Ritual; Telejornalismo.

Résumé: Discours des médias sur la TV est exploré dans cette article comme un langage rituel sujettes à l'échec du point de vue de l'analyse du discours pecheutiana français. Le contact avec la pensée de l'historien de la culture Carlos Ginzburg amené à considérer, d'abord, les détails de la façon dont les marques sont importantes pour comprendre le fonctionnement discursif de nouvelles à la télévision. Cette particularité fait de la fonction-hôte et d'ancrage en tant que constituant des conditions de production de la signification des nouvelles à l'ouverture et se terminant (des) rituel. Cela a permis de décrire les questions de savoir si il ya des espaces de la paternité de ces lieux énonciation et comment est-il possible ou est

¹ Este artigo apresenta parte dos resultados da qualificação fora de area, em Linguística Aplicada, realizada em 2007, como atividade integrante do Programa de Pós-Graduação – Doutorado em Linguística, do Instituto de Estudos da Linguagem, da Unicamp. Também parte do conteúdo deste artigo foi explorada no resultado da tese Versões de um ritual de linguagem telejornalístico, defendida na Unicamp, em 2008.

² Doutora em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. O trabalho de qualificação fora de area foi orientado pela Profa. Dra. Carmen Zink Bolognini e a tese de doutorado pela Profa. Dra. Suzy Lagazzi. E-mail para contato: renatamlara@yahoo.com.br.

supprimé / auteur interdit, discursivement, dans l'élaboration du nouvel événement dans le rituel, qui se produit dans la circulation par rapport à la le télé-spectateur. L'analyse du chemin a rencontré les rituels de l'ouverture et l'achèvement de trois bulletins de nouvelles des médias brésiliens, et la théorie analytique-chemin énoncés dans la relation-Pêcheux Althusser-Foucault.

Mots-clés: *auteur; rituel; Telejournalism.*

INTRODUÇÃO

A busca por compreender o discurso telejornalístico como um ritual de linguagem levou-nos, primeiramente, a indagar sobre lugares/funções institucionais na constituição dos sentidos noticiados. “Pormenores negligenciáveis”, “pistas” exploradas pelo historiador cultural Carlo Ginzburg (1989), em sua referência ao “método morelliano”³, apontaram-nos para uma dessas funções em dois momentos rituais: a de apresentador (ou apresentador-âncora), na abertura e na finalização do telejornal. Função essa que se põe a ver, mas, discursivamente, não se dá à visibilidade, reconduziu-nos à indagação de Foucault (2000b) sobre “O que é um autor?” e que relação poderia ser estabelecida entre a *função-autor* e *função-apresentador/apresentador-âncora* nesse ritual.

É antes a questão ritual formulada por Pêcheux (1997), de certa forma baseada em Althusser (1980), não tratada como temática específica nos estudos desses autores, que nos remonta a Foucault, para além da autoria. Embora também não abordado como tema central dos estudos foucaultianos, exploramos o ritual em *A ordem do discurso* como um agrupamento de sistemas de restrição discursiva, pelo olhar deste autor.

Nesse trajeto Althusser-Pêcheux-Foucault, a investida se dá na compreensão (do) ritual no próprio interior dos estudos da linguagem e não advinda da antropologia ou dos estudos mitológicos, nos quais é tematizado, sem que deixemos de re-

³ Ginzburg (1989, p. 144) se refere ao método, criado pelo médico italiano Giovanni Morelli, especialista em arte, capaz de distinguir uma obra original da cópia a partir da análise do exame de “pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia”.

conhecer suas contribuições, sob outras perspectivas, porém, não exploradas nesta discussão.

O caminho traçado para investigar a função-apresentador/apresentador-âncora no ritual de linguagem telejornalístico estabelece-se, portando, conduzido pela problemática sobre se há espaços para a autoria nesse ritual e de que forma eles são possíveis ou se encontram interditados/apagados na configuração da notícia.

Partimos, portanto, da compreensão do ritual de linguagem, sujeito a falhas, para observar a linguagem telejornalística como ritual. A autoria (função-autor), como “princípio de agrupamento do discurso” (Foucault, 2000a, p. 26), é requerida para se pensar a constituição da especificidade material do telejornalismo e a institucionalização do sujeito em sua função-apresentador.

Considera-se, ainda, o deslocamento da noção de função-autor em Foucault, produzido por Orlandi (2000a, 2000b), para o “princípio geral” de que a um texto sempre se imputa uma autoria, mesmo este não tendo um autor específico. O contraponto estabelecido é entre a posição-sujeito no/do discurso, no telejornal, e a função-autor, estando o sujeito-apresentador institucionalizado na produção do *efeito notícia*.

O *lugar social* e a *posição-sujeito* na constituição dos sentidos noticiados são explorados resguardando-lhes as distinções nas reflexões de Orlandi (2000a). Enquanto o *lugar social* se refere à forma de inscrição do sujeito na sociedade, que pode se dar de diferentes formas em seus diferentes espaços, normalmente marcado numa relação institucional estabilizada, no caso do telejornalismo, no cumprimento de funções estabelecidas pela instituição telejornalística, a *posição-sujeito* corresponde à posição no discurso, resultante de projeções.

No telejornalismo, do lugar social de jornalista, diferentes *lugares de enunciação* se põem em funcionamento na prática constitutiva da produção do efeito notícia. Neste artigo, como já explicitado, voltamo-nos para o sujeito-jornalista que enuncia como *apresentador* ou *apresentador-âncora*. Buscamos observar, desses lugares enunciativos, no cumprimento funcional, como se dá a relação com a autoria, numa perspectiva discursiva.

Remontemos a Althusser, 1969, quando escreve, em *Ideologias e aparelhos ideológicos do Estado* (1974), que as práticas ideológicas são reguladas por *rituais* nos quais se inscrevem. No entanto, por mais que funcionemos “nos rituais práticos da vida quotidiana mais elementar” (como um cumprimento, por exemplo) e pratiquemos os “rituais do reconhecimento ideológico” (o fato de se diferenciar de outro sujeito como *eu* e *ele*), isso não nos dá o “*conhecimento* (científico) do mecanismo deste reconhecimento”, explica Althusser (1980, p. 97-98, grifo do autor).⁴

No Anexo 3, de *Semântica e discurso*, primeiramente acrescido à versão inglesa de *Les Vérités de La Palice*, a assunção do pensamento althusseriano sobre a existência material da ideologia nas práticas ideológicas reguladas por rituais também materiais leva Pêcheux (1997, p. 300, grifo do autor) a considerar que “aprender até seu limite máximo a interpelação ideológica como *ritual*, supõe reconhecer que não há ritual sem falhas”. Toma-se, então, a *falha* como constitutiva do ritual e este como lugar de interpelação ideológica. Não há língua sem falha e não há ritual sem falha. Todo ritual é um ritual de linguagem e, portanto, *falha*.

FUNÇÃO-APRESENTADOR NO ACONTECIMENTO RITUAL

Para se observar a função-*apresentador* e a função-apresentador-âncora no acontecimento ritual telejornalístico, três telejornais, veiculados em TV comercial aberta, configuram o material de análise: Jornal Nacional (Rede Globo), SBT Brasil (Sistema Brasileiro de Televisão) e Jornal da Record (Rede Record). Embora também tenhamos analisado o Jornal da Band (Rede Bandeirantes), por uma necessidade de delimitação espacial não focalizaremos tal telejornal no percurso de análise. Ao todo foram selecionados três dias de gravação, com foco na abertura e finalização do ritual: 13, 14 e 15 de novembro de 2006.

Tomamos como ponto de partida o SBT Brasil por ser o que, no momento da escolha do material, mais recentemente havia

⁴ O ano de 1969 remonta à data assinada por Althusser ao final da escrita do seu texto. Já 1974 diz respeito à publicação de seu livro. Usamos 1980 por ser a data da obra por nós consultada.

se configurado – considerando o fato da emissora ter ficado, durante um período, sem produções próprias, exibindo materiais estrangeiros. Assim como já aconteceu com outras emissoras, o SBT investiu num telejornal que buscava inscrever o jornalista como marca/atestado de qualidade/atrativo para a emissora, no nome do jornal. No período da gravação, entre os telejornais referidos, o SBT Brasil era o único a adotar tal estratégia.

Ana Paula Padrão se “transportava” (ou era transportada) da Rede Globo para o SBT juntamente com a imagem de “padrão”, re-afirmada/re-construída, resultado de um trabalho publicitário. *Mas o que significava o SBT Brasil com Ana Paula Padrão e sem ela? De que forma a sua presença ou ausência interferia no acontecimento ritual?*

No material de análise, o SBT Brasil é iniciado com Ana Paula Padrão em pé, tendo ao fundo uma tela (monitor), sustentada por um bipé, com as inscrições SEGUNDA/13/NOVEMBRO [cada informação em uma linha, estando as duas primeiras sublinhadas]. A fala inicial é padronizada nos dizeres: “Olá. Boa Noite pra você! O SBT Brasil desta ‘segunda’ [modifica-se conforme o dia da semana em que está sendo veiculado] vai mostrar”⁵. Prossegue com a escalada⁶ do jornal. Na seqüência, aparece a vinheta,⁷ fechada com o símbolo do SBT e a inscrição SBT BRASIL; “COM ANA PAULA PADRÃO”, na linha abaixo.

A apresentadora reaparece em cena, agora sentada à mesa, tendo ao fundo um telão retangular, no qual se inscrevem os mesmos dizeres da vinheta, com a mesma disposição. Como seu nome já aparece vinculado ao nome do jornal, desde a abertura

⁵ No dia 13 de novembro, o jornal entra direto, sem vinheta, e sem o “Olá”, possivelmente cortado na inserção ao ar, ao menos em circuito local. Entra direto em “Boa Noite pra você!”.

⁶ A escalada corresponde a “manchetes sobre os principais assuntos do dia que abrem o jornal. São frases curtas cobertas ou não com imagens” (Bistane; Bacellar, 2005, p. 133). Cf. BISTANE, L.; BACELLAR, L. *Jornalismo de TV*. São Paulo: Contexto, 2005.

⁷ “Marca a abertura ou intervalo do telejornal. Normalmente é composta de imagem e música característica, trabalhadas com efeitos especiais” (Paternostro, 1999, p. 153). Cf. PATERNOSTRO, V. Í. *O texto na TV: Manual de telejornalismo*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

primeira até a sua re-inserção no vídeo, após vinheta que separa a escalada do conjunto do primeiro bloco, sua imagem não é legendada como a dos outros apresentadores, dos demais telejornais analisados.

“Olá. Boa Noite pra você”, padronização da abertura do SBT Brasil, seguido de “O SBT Brasil desta ‘segunda’ [modifica-se conforme o dia da semana] vai mostrar”, funciona como uma prática do reconhecimento ideológico na relação com o telespectador – cada um no seu lugar. Ele também se dá na instauração do efeito de evidência, fruto desse reconhecimento, que produz a autorização do dizer.

A finalização também é padronizada. Nos três dias analisados, a apresentadora encerra o telejornal com os mesmos dizeres: “[E] o SBT Brasil termina aqui. Pra você uma boa noite, muito obrigada pela companhia e até amanhã”. O cenário também é o mesmo, assim como o lugar ocupado pela apresentadora à mesa.

Ao término, ela se curva para pegar um copo d’água sob a mesa. À frente desta, as iniciais da emissora (SBT). Na tela ao fundo, as mesmas inscrições da abertura do telejornal. No sob caracteres, a primeira nomeação, relativa à “editora-chefe”, inscreve novamente o nome de ANA PAULA PADRÃO. É como se tal inscrição funcionasse como uma legenda para a identificação da jornalista. Isso pode ser observado com precisão quando submetemos à imagem ao *slow motion* (câmera lenta).

A inscrição do dia e do mês do telejornal na tela, na presença da apresentadora, sendo o dia da semana retomado na sua oralização, estabelece com o tele-espectador um processo de reconhecimento da atualidade do que vai ser noticiado, de preenchimento, de saturação, mas cujo efeito é construído a cada dia, tendo em vista a periodicidade diária da produção jornalística. Essa individualização do dia reforça a idéia de continuidade do ritual, e ao mesmo tempo marca-o como novidade, que se re-coloca. Em síntese, para que ele cumpra sua eficácia, é preciso a contrapartida do tele-espectador, no sentido da atualização, ou seja, reconhecer o dia divulgado como o dia em que se vivencia naquele momento.

O espaço e o horário repetíveis também sinalizam esse ritual, assim como o mesmo apresentador se recolocando diariamente, construindo um laço de familiaridade com o telespectador. A regularidade (dia a dia; horário; apresentador; formato; abertura e finalização, etc.) legitima o telejornal na medida em que o telespectador autoriza o recebimento de sua veiculação e participa das relações de sentido no preenchimento de espaços.

Os *cumprimentos* inicial e final sinalizam essa familiaridade estabelecida e reforçada diariamente, assim como a forma de tratamento “*você*”, marca da informalidade e da proximidade. O emprego do termo “*companhia*”, no agradecimento ao telespectador, ao final da programação, também pressupõe adesão, e o “*até amanhã*” mantém acessa a continuidade do ritual no dia seguinte.

O nome ANA PAULA PADRÃO ocupa o mesmo lugar do autor de uma obra, ou seja, na abertura desta, em local de destaque. Em um livro, os nomes de autores e editores se dão a ver na capa. No telejornal, há editor, mas o seu nome só aparece na inserção de caracteres de finalização do ritual. Ele assume um alto grau hierárquico na instituição, mas não necessariamente na relação com o telespectador, que nem sempre chega a dar-se conta da sua existência. No caso da Ana Paula Padrão, esta assume ao mesmo tempo a função de apresentadora e de editora-chefe, ocupando também o lugar de âncora. A inscrição de seu nome na abertura e na finalização do telejornal apontam para algo além de uma identificação legendada. Não é apenas uma nomeação de identificação, mas produz um efeito de individuação de autoridade.

Foucault (2000b, p. 43-44) entende que “a ligação do nome próprio com o indivíduo nomeado e a ligação do nome de autor com o que nomeia não são isomórficos e não funcionam da mesma maneira”. Considera, portanto, que *o nome de autor não é um nome próprio exatamente como os outros*. Esclarece que o fato de um discurso ter um nome de autor indica que ele não é efêmero, mas que deve ser recebido de determinada maneira, em determinada cultura, com certo estatuto.

Para Pêcheux (1997, p. 117, grifos do autor), “[...] o que está em jogo é a *identificação* pela qual todo sujeito ‘se reconhece’ como homem, ou também como operário, empregado, [...] francês, alemão, etc., e como é organizada sua relação com *aquilo que o representa*”.

No caso do telejornalismo, o nome do apresentador designa um sujeito de um dado lugar/função, significando e sendo significado pela emissora, e, antes, pela instituição (tele)jornalística, cujo dizer sustenta sua validade no próprio movimento do efêmero, daquilo que se apresenta como novo no “aqui, agora”. O discurso telejornalístico não requer para si uma autoria, justamente porque ele se sustenta no apagamento desta, interditando-a para que produza o efeito de “fato falando por si”. Contudo, há uma necessária marcação individualizante que é institucional e entra no campo da competição entre emissoras e telejornais. Nesse caso, a padronização tem uma constituição contraditória já que é ao mesmo tempo requerida, para indicar seriedade, neutralidade e qualidade, e, parcialmente, recusada, na tentativa de marcar-se como diferencial em relação às concorrentes.

O nome Ana Paula Padrão, associado ao nome do telejornal do SBT, trabalha nesse espaço de contradição. A jornalista vem associar ao nome da nova emissora à qual se filia algo normalmente atribuído à sua maior concorrente, a Rede Globo: padrão de qualidade. De fato, a Globo é reconhecida pelo alto padrão de qualidade técnica, como destaque para a nitidez da imagem, além da qualidade de seus profissionais, de renome nacional. A transferência de sentido se dá no aspecto qualidade jornalística. O efeito de qualidade técnica se instaura na mudança do cenário, com inserção de mídias modernas.

O que significa o SBT Brasil *com* e *sem* Ana Paula Padrão? Como apresentadora-âncora e editora-chefe, o novo telejornal tem a cara da jornalista. É dessa forma que ela se coloca na autoridade do dizer, responsabilizando-se (personificação da jornalista/credibilidade profissional) e desresponsabilizando-se (fala em nome da instituição jornalística e esta, por sua vez, “dá a ver a realidade”) pelo que é dito. Nesse caso, para que a

autoridade jornalística funcione, de modo a qualificar a notícia como verdadeira, legitimando-a, produz-se um *re*-conhecimento do sujeito-jornalista como sujeito de autoridade e legitimidade ao mesmo tempo em que a autoria é interdita para que o dizer funcione “sozinho”, não advindo, supostamente, do sujeito, mas, de forma tida como independente, originado da/na realidade.

Lagazzi-Rodrigues (2006, p. 93) afirma que “o autor se constitui à medida que o texto se configura”. No telejornalismo, contudo, vemos que o autor é interdito na medida mesma em que se configura o texto. A função-autor existe no telejornal, mas preponderantemente na sua preparação, que antecede o ir ao ar. Mesmo nesse caso, não se pode dar a assunção da autoria, pois o sujeito autor precisa crer que é apenas um relator/descritor de uma realidade lá, à qual precisa dar visibilidade. No acontecimento ritual, momento da veiculação, a autoria é apagada e interdita para que a crença no dizer autônomo se sustente. As demarcações entre opinião e informação reforçam esse lugar da notícia como algo isenta da influência do sujeito.

Especificamente quanto a Ana Paula Padrão, o efeito de autoria só é possível na relação com o telespectador, e gerado por um trabalho de marketing publicitário, não na produção telejornalística. Como o telejornal só acontece no efeito de conjunto, o apresentador é responsável pelo acontecimento ritual, pois, sem ele, o ritual telejornalístico não acontece. Do lado da expectativa, no caso do SBT Brasil, produz-se um *efeito* de função-autor resultante da forma como o apresentador é *apresentado* ao público na abertura e finalização do telejornal, sendo colocado na origem do ritual, mesmo não estando na origem do dizer.

O efeito de autoria em funcionamento no SBT Brasil deriva do efeito de unidade que a apresentadora, do lugar de que fala e de como seu nome é apropriado pela emissora, produz na relação como o telespectador, ao ir “costurando” as informações do telejornal. Não é a Ana Paula em si que produz o efeito de autoria, mas a imagem (formação imaginária) construída sócio-institucionalmente, imputando-lhe reconhecimento e responsabilidade. Pode-se pensar também num “efeito de função-autor” na relação sujeito-

apresentador e sujeito-tele-espectador, pelo fato do apresentador participar da inscrição de certa “identidade” – como um movimento na história, no entendimento de Orlandi (2002) – , capaz de produzir identificação no “tele-espectador”.

Para que a notícia tenha esse efeito de dizer por si é preciso que esteja certificada por Ana Paula Padrão. Assim, ela qualifica o telejornal e este a qualifica. Como é reconhecida nesse ritual de linguagem faz parte da maneira como os sentidos significam. O sujeito-apresentador, como aquele que apresenta a novidade, é necessário para que o *efeito-notícia* aconteça, até porque a textualização só se realiza mesmo no ir ao ar. A individualização desse apresentador, com *status* de autoria, atesta, pela autoridade que isso lhe imbuí, a autonomia da informação, “revelada” também pela ancoragem – embora a autoria não seja assumida e se produza um efeito-autor no funcionamento ritual, tendo em vista o próprio efeito informacional dominante no discurso jornalístico.

No Jornal Nacional, apresentado pelo casal de jornalistas William Bonner e Fátima Bernardes, a abertura é marcada pela música, que caracteriza o telejornal, e pela inscrição das iniciais JN, em fundo azul. Entra direto na escalada, intercalando os apresentadores. Ao final desta, afirma-se “Agora, no Jornal Nacional”. Nesse momento, os apresentadores não são identificados por legendas. Após a vinheta e o tradicional “Boa Noite”, surge na tela, por cerca de três segundos, a identificação do apresentador que está com a palavra. Tal nomeação é atribuída também ao outro apresentador assim que assume a locução. A legenda que os nomeia aparece “isolada”, ou seja, sem o símbolo da emissora.

A fala final, cujo formato é padronizado, só assume pequenas modificações, conforme o que for veiculado, naquela noite, após o telejornal. Dia 13: “O Jornal Nacional fica por aqui. Outras notícias no Jornal da Globo, depois de Tela Quente. Uma boa noite para você!. / Boa noite. Até amanhã”. Dia 14: “O Jornal Nacional fica por aqui, e outras notícias você terá no Jornal da Globo, depois de A Diarista. Boa Noite! / Boa noite pra você. Até amanhã”. Dia 15: Outras notícias no Jornal da Globo, depois do

filme Cazuzza: o tempo não pára. Uma boa noite pra você. / Boa noite e até amanhã”.

Por mais que William Bonner e Fátima Bernardes sejam profissionais de renome no telejornalismo nacional, tendo suas imagens vinculadas à Rede Globo, e, mais especificamente, ao Jornal Nacional, estas não produzem um efeito autoria. O casal assume a posição de um típico profissional jornalista, numa perspectiva visual mais moderna e familiar, supondo-se um não envolvimento com o fato noticiado, apenas apresentando-o, apesar da construção de uma imagem de familiaridade com o público. A imagem deles reforça o efeito notícia informacional na sua veiculação, no momento do *ir ao ar*, atribuindo, assim, credibilidade à emissora, na qual também sustentam sua credibilidade.

A postura assumida pelo casal inibe o efeito autoria, interditando-a na relação com o telespectador e devido também à não vinculação desses nomes ao nome do Jornal. William Bonner, apesar de editor-chefe, não age explicitamente como âncora, ao menos não se põe à visibilidade a todo o momento. Deve-se considerar que não estamos nos ocupando do conjunto geral de um telejornal, mas, neste estudo, apenas da abertura e da finalização do ritual, quando, geralmente, não se abrem espaços para comentários dos âncoras. Contudo, Ana Paula Padrão consegue se marcar de forma diferenciada, pois embora não teça comentários nesses espaços rituais, produz interpretações à escalada mediante posturas não verbalizáveis, como gestualidades e entonações, mais explicitadas.

O Jornal da Record não foge ao formato global. Apresentado pela dupla de jornalistas Celso Freitas e Adriana Araújo, mantém o padrão do “distanciamento” da notícia; esta apresentada como algo posto a ver. Uma diferença central é que a dupla não forma um casal familiar em termos de imaginário social. Celso Freitas é antes conhecido pela sua imagem na tela do que pelo nome. Adriana Araújo não se insere nesse imaginário como uma profissional reconhecida do “público médio” – telespectador padrão.

As legendas que nomeiam os apresentadores seguem o mesmo esquema do Jornal Nacional: aparecem isoladas, sem o símbolo

da emissora, durando cerca de três segundos, sendo inseridas logo após a vinheta que prossegue à escalada.

A abertura e o fechamento ritual são semelhantes ao Jornal Nacional. Depois da escalada e da vinheta, com a inscrição JR na tela, a câmera focaliza os dois apresentadores no estúdio e fecha em um deles. Posteriormente ao “Boa noite”, dá-se seqüência ao noticiário.

As finalizações também são praticamente padronizadas, com pequenas alterações. Dia 13: “O Jornal da Record termina aqui. Fique agora com a novela Bicho do Mato. / Outras notícias no Jornal Tudo a Ver. Obrigada pela companhia. Uma ótima noite pra você e até amanhã”. Dia 14: “O Jornal da Record termina aqui. Outras notícias no Jornal Tudo a Ver”. / Fique agora com a novela Bicho do Mato. Obrigada pela companhia. Uma boa noite pra você e até amanhã. / Boa noite e até amanhã”. Dia 15: “O Jornal da Record termina aqui. Fique agora com a novela Bicho do Mato. / Outras Notícias no Jornal Tudo a Ver. Obrigada pela companhia, uma boa noite pra você e até amanhã”. / “Boa noite e até amanhã”.

As relações de familiaridade (cumprimento) perfazem a abertura e a finalização do ritual no sentido de ganhar e preservar a confiança do telespectador. É dessa forma que se insere o telespectador no ritual, como parte integrante deste. O “Boa noite” inicial, autorização de entrada, e o “Boa noite” final, acrescido de agradecimento pela companhia, autorização de continuidade, estabelecem um clima de cumplicidade que autoriza o funcionamento e a manutenção do ritual. No entanto, há um distanciamento maior dos apresentadores em relação ao público e à notícia, se comparado ao JN, não somente pela postura de “distanciamento” adotada, como pelo fato de não constituírem um casal na vida privada, e também por não produzirem um efeito de familiaridade, no sentido de não serem tão conhecidos do público quanto Fátima Bernardes e William Bonner.

A relação que se põe a ver é de “ponte” entre a notícia e o telespectador, apagando as possibilidades de autoria presentes no funcionamento do discurso telejornalístico, anterior à veiculação, ou mesmo no ir ao ar. Nenhum dos dois apresentadores ocupa ou assume a função de âncora. Nos caracteres de finalização, eles

não aparecem nomeados como apresentadores. Não cumprem a função de editores; ao menos não pelo que se dá a ver na finalização ritual, já que outros nomes são vinculados à função de editor. Já no *Jornal Nacional*, o primeiro nome que aparece na subida dos caracteres é de William Bonner, como editor-chefe e apresentador. Em terceiro lugar aparece o nome de Fátima Bernardes, como editora-chefe adjunta.

Para que haja matéria telejornalística é preciso um trabalho de constituição de uma discursividade. Mas para que produza eficácia de uma realidade, torna-se necessário que tal constituição seja reduzida a uma transmissão de conteúdo, de um dado que requer do sujeito apenas a capacidade de expô-lo para ser visto. E, em contrapartida, do expectador, a condição de receber o que se quer visto.

Considerando, tal como Foucault (2000a, p. 26), o autor como “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência”, e ampliando esse princípio, assim como Orlandi (2000a), requer-se reconhecer que o funcionamento telejornalístico precisa negar, contínua e infinitamente, a “existência” desse autor, para que, funcionando silenciada, a função-autor sustente o seu próprio “efeito de ausência”. A autoria vai ser requerida no contraponto do sujeito não-institucional telejornalístico, de quem se cobra a assunção, a origem de um dizer, a coerência e a responsabilidade pelo que diz.

O que dá identidade ao discurso *telejor* não é o funcionamento da função-autor, mas a retomada atualizada das regras por um sujeito institucional(izado) que, desse lugar, constrói, re-significa esse mesmo institucional conforme as relações entre língua, sociedade e história vão requerendo re-construções daquilo a ser visto como verdade. Ou seja, como princípio de controle da produção do discurso, a disciplina “fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (Foucault, 2000a, p. 36).

SUJEITO, APAGAMENTO E INTERDIÇÃO DA AUTORIA

A autoria é interdita (em primeira instância) para que o dizer telejornalístico pareça ser “autônomo”, mas ao mesmo tempo ela se mantém como efeito nas relações institucionais, já que a instituição se marca como produtora do dizer em última instância. Daí se ter as siglas da emissora no nome do telejornal: Jornal da Record, SBT Brasil; marcas de uma propriedade e de uma individualização.

O SBT Brasil procura dimensionar sua abrangência nacional mediante a inscrição do nome da emissora na relação com o nome do país, juntamente com o nome da jornalista Ana Paula Padrão, de modo a construir uma relação mútua de *status* e credibilidade para o telejornal. No caso do JN, a ausência da emissora no nome do telejornal não é indicativo de sua não-presença. Pelo contrário, inscreve-o no contexto nacional como elemento inerente a este, extrapolando a capacidade de identificação entre jornal e nação, até pelo fato de o Jornal Nacional ter, de certa forma, a ver com a própria história da tv no Brasil. Além disso, o Jornal da Globo existe como nomeação de outro produto, veiculado em outro horário.

Três materialidades são conjugadas no acontecimento ritual: a oralidade, a escrita e a imagem. Quando se trata de impresso, a imagem visual do sujeito-jornalista não se dá à visibilidade. Diferentemente, no caso do sujeito-apresentador, sua imagem é constitutiva do dizer, assim como a inscrição do seu nome, também parte desse dizer. Seria possível, então, re-pensar a autoria, levando-se em conta que sujeitos e sentidos se constituem ao mesmo tempo?

O texto oralizado pelo sujeito-apresentador só se corporifica, só se textualiza, na relação com a imagem do apresentador, sua gestualidade e gestos de interpretação (em nível discursivo). O acontecimento ritual só acontece porque se estabelece uma relação de expectativa a distância. É pressupondo um tele-espectador que se torna possível o acontecimento ritual.

Em termos normativos a que se submete uma instituição ou aos quais ela faz submeter, “estamos sob a injunção da textualização,

mas negados como autores possíveis”. Há uma “generalização que sustenta o discurso jurídico sobre-determinar a relação de autoria, invisibilizando o autor e responsabilizando o sujeito” (Lagazzi-Rodrigues, 2006, p. 99).

Um duplo movimento, exterior e interno à instituição telejornalística, coloca-se em funcionamento. O primeiro produz a substituição do autor pelo sujeito-apresentador individual, nomeado, localizável. Contudo, este já é individual num lugar e tempo determinado, demarcados. É responsabilizado pelo dizer na medida em que representa um dizer institucional. Fala em nome da instituição. Como sujeito-apresentador, só tem existência *na* e *pela* emissora.

O segundo movimento, interno à instituição, é a interdição à autoria. Não se pode pensar a existência de um autor para o texto. É preciso crer que ele tenha existência autônoma, logo, “independente”. Dar visibilidade ao sujeito-apresentador significa aqui reforçar o efeito de constituição separada entre sujeitos e sentidos. O sujeito apresentaria um dizer já lá, que precisaria apenas ser exposto/revelado. Daí Ana Paula Padrão também não cumpre a função de autoria, nem sua atuação resulta em um efeito autoria, mas sim a apropriação de sua imagem e de seu nome, publicitariamente, é que geram um efeito autoral na relação com o telespectador.

No entanto, nas relações com o sujeito-*tele*-espectador, o apresentador participa da constituição dos sentidos no momento mesmo de seu acontecimento ritual. Tanto reforça o lugar de “autonomia do dizer”, para este se fazer crível – ou seja, é preciso separá-lo do apresentador de modo a ser aceito como “verdadeiro” –, quanto o lugar de “dependência do dizer, para se ter um dizer independente” – primeiro é preciso que se reconheça a influência do sujeito-apresentador para que ao dizer se atribua relevância/independência/veracidade.

Essa contradição constitutiva em funcionamento, apagando/interditando e requerendo uma autoria, apagando e dando visibilidade ao sujeito, vai se fazendo presente nos telejornais, numa relação de autorização e de transferência. A instituição autoriza o

sujeito-apresentador a falar em seu nome, e, este, ao falar desse lugar, autoriza o dizer institucional. Ao mesmo tempo, o telespectador autoriza o apresentador a falar em seu nome, e o apresentador autoriza o telespectador à interpretação. O ritual só acontece porque se dá num espaço “legítimo” (institucional – estúdio da emissora), por sujeitos “legítimos” (apresentadores institucionais) que se colocam em relação de acontecimento “legítimo” (ir ao ar – ao vivo), com espectadores também “legítimos” (espectadores a distância, postos a ver).

O sujeito-apresentador não aparece ou tem seu nome assinado como sendo a origem do dizer – ao menos não institucionalmente. Por outro lado, o efeito de um dizer autônomo não se sustenta num dizer anônimo. Pelo contrário. Para se fazer re-conhecido, é preciso que o dizer se ancore em alguém ou a ele se dê uma procedência, no próprio dizer.

No caso do SBT Brasil, o sujeito-telespectador associa o dizer ao sujeito-apresentador-âncora como um efeito de criticismo e da notícia informacional, que se quer autônoma, logo não “originando”-se no sujeito, mas, supostamente originando-se na realidade (empiricizada). Essa contradição da apresentadora-âncora entre expor-se como marca do telejornal, individualizando-o frente à concorrência na própria individualização do seu nome e da sua imagem de jornalista, e apagar-se como autora, na universalização do dizer telejornalístico, em sua condição de porta-voz da realidade, desloca o sujeito Ana Paula Padrão da função apresentadora-âncora para a posição-jornalista geradora desse efeito de criticismo. Efeito este sustentado pela recorrência à legitimidade institucional na autoridade que o SBT, como instituição telejornalística, delega a Ana Paula como porta-voz da realidade. Não é Ana Paula que produz o efeito de criticismo, mas a imagem-jornalista (formação imaginária) Ana Paula, construída sócio-institucionalmente, imputando-lhe reconhecimento e responsabilidade, autoridade e *desresponsabilização*. Nos outros telejornais, o reconhecimento do apresentador *como tal* atesta o apagamento do autor, significando-o num espaço de conexão: permitir o acesso à notícia.

O apresentador é colocado de forma *mais* ou *menos* marcada pelo modo como se relaciona com o dizer, na interpretação sonora e gestual. Daí a apresentadora Ana Paula Padrão ser mais identificada com *o que* diz do que a apresentadora Adriana Araújo. Também entra a questão da familiaridade e do re-conhecimento público-institucional, resultante de um trabalho publicitário. Seria como confundir o sujeito-ator com o personagem que ele interpreta. Não se trata simplesmente de representação.

O discurso telejornalístico não produz o mesmo efeito da oralidade (ou a sua transcrição), já que, diferente desta⁸, passa por um processo de legitimação. Assim como no caso da língua nacional, é por um instrumento lingüístico que se instaura a legitimidade do telejornal e pela sua circulação pública que tal legitimidade é naturalizada. Nesse caso, o instrumento legítimo são os manuais de redação da mídia impressa.

O efeito autoria mobilizado é o da “unidade” (imaginária) do texto noticioso; essa necessária (requerida) coerência e objetivação normatizadoras, pressupondo início, meio e fim, ou seja, fechamento (ilusório) dos sentidos. Mas esse fechamento da textualização, esse efeito de unidade, no telejornalismo, só se efetiva no momento da veiculação, pressupondo uma relação de emissão/recepção entre emissora e telespectador.

Para que a notícia cumpra a sua eficácia é preciso negar a existência de um autor. Sua imagem deve ser substituída pela imagem de um “intermediador”, organizador da informação. A responsabilidade individualizante, no telejornalismo, é convertida em responsabilidade institucional.

Ao se referir ao jornalismo impresso, Gallo (1992, p. 108) vislumbra uma autoria coletiva. Buscando um parâmetro com a educação, diz que “o texto jornalístico, por exemplo, poderá levar os alunos, produtores de diferentes reportagens, crônicas, etc., a vivenciar a elaboração da função-autor, no momento da

⁸ Para Gallo (1992, p. 55), a oralidade, apesar de suas semelhanças com a escrita, “produzirá sempre um sentido diverso, inacabado e ambíguo, exatamente por não ter passado pelo processo de legitimação”.

montagem do jornal e do seu ‘fechamento’ enquanto tal”. O que difere, segundo ela, é o fato de a autoria ser coletiva.

Traçando um parâmetro com o telejornalismo, podemos afirmar que a autoria presente no ritual que antecede o ir ao ar também é coletiva, e coletivamente interdita. Tal interdição não significa que ela inexistia, mas que não é reconhecida e assumida como tal por uma proibição normativa que, ao interdita-la, a apaga. Assim, a função-autor coletiva, referida por Gallo, não pode ser assumida em nenhum dos momentos rituais, porque a eficácia do telejornal está associada a uma “interdição constitutiva”, não somente à assunção da função-autor, mas antes mesmo ao reconhecimento de sua existência. Isso significa que a condição mesma da função-autor na configuração ritual que antecede a veiculação é negar-se como tal, resultando em interdição à assunção, e, assim, ao apagamento da autoria.

O sujeito institucional que produz um texto (verbal ou imagem) alimenta-se da ilusão de uma necessária separação entre a sua significação e a significação dos sentidos. Não há, portanto, assunção da autoria, nem função de autoria, mas “interdição” e apagamento no acontecimento ritual. O efeito de autoria possível não é pela existência de um sujeito agrupador do discurso, que se apaga (é apagado) nesse processo, mas pela visibilidade dada a uma unidade (imaginária) à notícia, fruto de um texto estruturalmente fechado, e de uma instituição legitimadora.

O apresentador telejornalístico não pode se responsabilizar pelo dizer, como origem, porque isso desloca o efeito de uma realidade mostrada (objetivação) para uma “interpretação” desta realidade (subjetivação), como se fosse possível não interpretar. O sujeito-apresentador e o sujeito-jornalista estão comprometidos *com*/pela emissão. É desse lugar do qual falam.

Gallo (1992) explica que o autor como “efeito de sentido” é quando ele existe, mas o sujeito não se representa dessa forma. A não assunção da autoria é justamente uma exigência para “qualificar-se” como jornalista. Como vimos, a inscrição da função-autor no ritual se dá quando um sujeito institucional se põe a escrever o discurso, agrupando-o. Mas não pode assumir a responsabilidade

pelo dizer, porque sua existência precisa ser silenciada para que o dizer funcione com eficácia de “realidade” (um dizer que se quer “independente”).

Assumir-se como autor é assumir a responsabilidade pelo dizer. Tal assunção da autoria “se dá quando o sujeito se constitui na formação discursiva dominante de um discurso legitimado (hoje, institucionalmente)” (Gallo, 1992, p. 58). Contraditoriamente, inscrever-se no discurso institucional telejornalístico como sujeito institucional, constitutivo do ritual de linguagem, implica interditar a autoria, que deve funcionar apagada.

A limitação do “acaso do discurso”, no telejornalismo, não se dá “pelo jogo de uma *identidade* que tem a forma da *individualidade* e do *eu*”, como afirma Foucault (2000a, p. 29, grifos do autor) para explicar o princípio de autoria. Dá-se “pelo jogo de uma identidade que tem a forma institucional e padronizada”. Nesse caso, o acaso do discurso é antes limitado pelo princípio disciplinar do que pela função autor. Ele também se dá, no caso específico do SBT Brasil, pela imagem visual do sujeito-apresentador e a forma como o telejornal se apropria do nome ANA PAULA PADRÃO. O efeito de criticismo só acontece na relação com o telespectador, já que é para ele que Ana Paula Padrão se dá à visibilidade, ocupando, ao menos visualmente, o mesmo lugar que um autor de livro na abertura da obra. É também por se marcar de forma diferente que o SBT sustenta os pré-construídos do telejornal.

Como jornalista, ao se colocar em evidência, produz um efeito de isenção da notícia. A inscrição de seus gestos de interpretação no noticiário qualifica-o como isento e crível, como uma espécie de transferência das qualidades da jornalista Ana Paula Padrão para o telejornal. Nesse funcionamento ritual, a sensação de um efeito de autoria em funcionamento na relação com o telespectador é, como vimos, resultado de uma construção antes publicitária e de marketing do que jornalística, já que a *função-autor* é interdita pela própria condição institucional do (tele)jornalismo.

É a tomada para si de materialidades que se conjugam no momento ritual telejornalístico do ir ao ar, da veiculação, que busca construir uma “unidade”, com início, meio e fim, nessa

necessidade de fechamento do texto (embora este não se feche), dessa textualização telejornalística. No entanto, esse efeito gerado pela imagem visual da apresentadora Ana Paula Padrão é silenciado na abertura e finalização do ritual, quando os outros apresentadores assumem uma postura técnica de distanciamento frente aos sentidos noticiados. Isso é necessário para que o ritual aconteça e para que signifique como tal – continuado dia a dia nessa ilusão necessária de apresentação/apreensão da realidade, de objetivação do mundo, tão disperso, tão inapreensível, tão impossível de ser tocado.

Ao se apresentar na tela, ao ter seu nome inscrito, não é ela que se representa, não é seu nome que está representado, mas é ela e seu nome atrelados ao jornal, portanto, à emissora. Trata-se de uma imagem dada a ver pela emissora. Daí falarmos num apagamento do sujeito na sobreposição da imagem da emissora.

O agrupamento, pelo apresentador ou apresentador-âncora, de diferentes vozes, provenientes de sujeitos institucionais outros, cuja assunção da autoria é interdita no apagamento desta, dá visibilidade a um dizer único, mas não dado como autoral. Mesmo representando um dizer homogêneo, não é ao apresentador que este se vincula, mas a uma construção do real, institucionalmente mostrado.

No caso do SBT Brasil, a visibilidade dada a Ana Paula Padrão é requerida para que o próprio telejornal ganhe visibilidade. Mas, ao mesmo tempo em que se requer a sua imagem, não é ela como representação individual, mas como uma construção institucional – jornalista-apresentadora-âncora. Há uma transferência metafórica do que a jornalista Ana Paula Padrão significa e de como sua imagem é apropriada para significar o telejornal e a emissora, e, assim, re-significá-la.

Por mais que o dizer fique sob a responsabilidade organizadora expositiva de um apresentador ou apresentador-âncora, é sempre a um dizer tido como autônomo que se busca dar visibilidade. O que esse sujeito faz é atestar a credibilidade da notícia, sustentando-a na sua própria credibilidade profissional. Explicitamente, é o que faz o SBT Brasil, apropriando-se da imagem de Ana Paula Padrão.

Todavia, como dissemos, o efeito autor possivelmente produzido não resulta do fazer telejornalístico, mas se inscreve nele

via trabalho publicitário/marketing. Como a abertura e a finalização do ritual telejornalístico se assemelham a uma capa e contra-capas de um livro, esses espaços rituais funcionam como apropriações dos conteúdos da obra (telejornal) em formas publicitárias, com vias à venda, ao consumo. É pela abertura que o telejornal se projeta e é pela finalização que ele mantém a continuidade dessa projeção, dia-a-dia, *dia a dia*, em um processo de *des-continuidade*, como um *palimpsesto*.

Mesmo no cumprimento da função apresentador-âncora, a autoria não se apresenta como tal porque a notícia organizada desta ou daquela forma, comentada ou não pelo apresentador-âncora, somente reforça a independência informacional. Os comentários, interpretações, apresentadas como tais ao telespectador funcionam como explicitação de uma “verdade” presente na notícia, mas nem sempre possível de ser observada por quem a recebe. O apresentador-âncora, portanto, apenas daria ao telespectador a interpretação inscrita na própria notícia. Não se trata, assim, de fazer ver uma interpretação sua, mas de uma interpretação jornalística, logo, supostamente isenta subjetividade/tendenciosidade.

RE-A-FIRMANDO CONSIDERAÇÕES

O percurso teórico-analítico realizado permitiu observar que no ritual de abertura e finalização do telejornal a autoria não apenas deixa de ser explicitada para o telespectador, como não pode ser assumida pelos próprios produtores/organizadores da notícia. Estes precisam acreditar que o dizer formulado tem existência autônoma, independente de sua participação interpretativa.

A constituição institucional(izante) produz uma interdição à autoria. Esse interdito da assunção da autoria é um construto naturalizado pelos próprios manuais de redação, que produzem um apagamento do sujeito-autor na assunção de lugares/funções institucionais, como a de apresentador.

Para ser aceito no discurso (tele)jornalístico é preciso negar-se como autor possível, assumindo uma postura padrão, normativa. Sobre isso, Silva (2001, p. 305, grifo da autora) afirma que “é para possibilitar uma *visibilidade histórica*, que a imprensa se representa

através de uma linguagem imaginada como transparente, e/ou de uma instituição que se posiciona com transparência”. Mas é também “nessa medida que o jornalista é ‘treinado’ pelos manuais para deixar de ser autor e melhor representar a sociedade, no sentido de poder realizar a *informação sem opinião*” – como se isso fosse possível.

Vê-se, portanto, que a autoria, mesmo no seu sentido ampliado, em Orlandi, é apagada no telejornalismo pelo princípio disciplinar. Quanto ao sujeito, na sua função-autor, é apagado, dando-se visibilidade a funções institucionais, tomadas pelo efeito de evidência, neutralidade e isenção.

O sujeito-apresentador âncora também não realiza a assunção da autoria. O fato de comentar uma notícia não faz desse comentário uma interpretação individual, mas uma explicitação institucional dos sentidos postos a ver por aquela emissora, naquele telejornal. Ele re-afirma a notícia informacional em sua objetivação, estabelecendo com o telespectador um pacto de confiança por dar a ver o real (empiricizado).

Digamos que o meio de circulação TV é, nesse caso, determinante do sentido, porque é nele que a *falha* pode ser dar, nesse espaço entre abertura e fechamento do ritual. É a saturação dos espaços que produz esse efeito, segundo Gallo (1994). *Saturação*, conforme explica, como *atualização* de todo texto, ocorrendo, a nosso ver, no caso da circulação dos telejornais, na relação com o telespectador. É na função-*telespectador* (parafraçando a “função-leitor” referida por Gallo, e, a nosso ver, base reguladora da própria função-*telespectador*) que os “espaços cambiáveis” (buracos que requerem preenchimento), como dia (hoje, amanhã...), horário (pela manhã, à noite...) e lugar (aqui...) vão ser preenchidos pelo sujeito. Tal preenchimento depende do espectador de TV, mas como receptor que produz uma localização espaço-temporal empiricizada. Trata-se de uma reatualização.

Como acontecimento, o ritual acumula a dimensão de ruptura e repetição discursiva, mobilizando as noções de *função-autor* (nível enunciativo-discursivo) e *efeito-autor* (nível discursivo por excelência). Nelas se inscrevem as dimensões enunciativo-discursiva, relacionada, neste caso, à notícia, e a dimensão mais discursiva, por

outro, ligada à legitimidade. Trata-se de um lugar limítrofe entre a *função* e o *efeito* de autoria. Para Gallo (2008), estes são dois níveis nos quais a autoria pode ser observada pela Análise de Discurso.

No telejornalismo, produz-se o efeito de (não-)autoria. Não-autoria no que se refere à dimensão enunciativo-discursiva, na sustentação de um dizer que se quer autônomo. Autoria (legitimidade) no extremo do efeito de realidade do dizer, no reconhecimento da legitimidade do que é dito. Há autoria, mas esta não se põe à visibilidade na relação com o público, tampouco para o sujeito-jornalista (forma-sujeito institucionalizado). O telespectador *reconhece* o que já conhece, estando o ritual legitimado para ele.

Se existe uma autoria coletiva em funcionamento, embora esta precise ser apagada/interditada para que o ritual produza sua eficácia, e se a incompletude é constitutiva da língua, embora a “unidade” (efeito de completude) seja requerida na construção da notícia informacional, os espaços de saturação do telejornalismo, como lugares de preenchimento na relação com o telespectador, são também o lugar da *falha* nesse ritual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Trad. J. J. M. Ramos. Lisboa Editorial Presença, 1980 [1974].
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 6. ed. Trad. L. F. A. Almeida. São Paulo: Loyola, 2000a [1970].
- FOUCAULT, M. *O que é um autor?* 4. ed. Trad. A. F. Cascais e E. Cordeiro. Porto: Vega, 2000b [1969].
- GALLO, S. Autoria: função do sujeito e efeito do discurso. In: SOUZA, Ismara Eliane Vidal de (org.). *Estudos do texto e do discurso: interfaces entre língua(gens), identidade e memória*. São Carlos: Claraluz, 2008. p. 205-214.
- GALLO, S. *Discurso da escrita e ensino*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- GALLO, S. *Texto: como apre(e)nder essa matéria?* – análise discursiva do texto na escola. 1994. 214 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

- GINZBURG, C. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad. F. Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-180.
- LAGAZZI-RODRIGUES, S. Texto e autoria. In: LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy; ORLANDI, Eni Puccinelli (orgs.). *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006. p. 81-103.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: Princípios e procedimentos*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2000a.
- ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. 5. ed. Campinas: Cortez/Editora da UNICAMP, 2000b.
- ORLANDI, E. P. *Língua e conhecimento lingüístico: Para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Trad. E. P. Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997 [1975].
- SILVA, T. D. Os manuais da imprensa no Brasil: da redação à circulação pública. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *História das idéias lingüísticas: Construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001. p. 273-307.